

FDT-AM

FUNDAÇÃO DE APOIO AO IDOSO "DOUTOR THOMAS" - PREFEITURA DE MANAUS

Comum a todas as Especialidades de Técnico Municipal: Segurança do Trabalho

EDITAL N. º 0001/2023

CÓD: SL-113NV-23 7908433245780

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1.	Texto: interpretação de texto (informativo, literário ou jornalístico)		
2.	Ortografia: emprego das letras		
3.	Classes gramaticais: reconhecimento e flexão do substantivo, do adjetivo, do pronome e dos verbos regulares		
4.	Sintaxe: reconhecimento dos termos da oração; reconhecimento das orações num período		
5.	Concordância verbal; concordância nominal;		
6.	colocação de pronomes		
7.	ocorrência da crase;		
8.	regência verbal; regência nominal		
9.	Pontuação: emprego da vírgula; emprego do ponto final.		
Ra	aciocínio Lógico-Matemático		
1.	Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados		
2.	Conjuntos e suas operações, diagramas		
3.	Números inteiros, racionais e reais e suas operações		
4.	Porcentagem e juros		
5.	Proporcionalidade direta e inversa		
6.	Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo		
7.	Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações		
8.	Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos		
9.	Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas		
10.	Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais		
11.	Problemas de contagem e noções de probabilidade		
12.	Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área; Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância		
13.	Problemas de lógica e raciocínio		
No	oções de Legislação		
1.	Estatuto do Servidor Público de Manaus – Lei Municipal nº 1.118 de 1 de setembro de 1971		
2.	Estrutura Organizacional da FDT – Lei Municipal nº 1.509 de 21 de setembro de 2010		
3.	rocesso Administrativo no Âmbito da Administração Pública Municipal – Lei Municipal nº 18 de junho de 2015 1		
4.	Cargos de provimento efetivo da FDT – Lei Municipal nº 2.528 de 4 de novembro de 2019		
5.	Regimento Interno da FDT – Decreto Municipal nº 2.584 de 23 de outubro de 2013		
6.	olítica Nacional do Idoso – Lei Federal nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994 e alterações		
7.	Atendimento Prioritário – Lei Federal nº 10.048 de 8 de novembro de 2000		
8.	Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741 de 1 de outubro de 2003		
9.	lesolução da Diretoria Colegiada – RDC 502/2021		
10.	Títulos X e XI – Dos Crimes Contra a Fé Pública e Dos Crimes Contra a Administração Pública – CódigoPenal Brasileiro		



Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

ORTOGRAFIA: EMPREGO DAS LETRAS.

Definições

Com origem no idioma grego, no qual *orto* significa "direito", "exato", e *grafia* quer dizer "ação de escrever", ortografia é o nome dado ao sistema de regras definido pela gramática normativa que indica a escrita correta das palavras. Já a Ortografia Oficial se refere às práticas ortográficas que são consideradas oficialmente como adequadas no Brasil. Os principais tópicos abordados pela ortografia são: o emprego de acentos gráficos que sinalizam vogais tônicas, abertas ou fechadas; os processos fonológicos (crase/acento grave); os sinais de pontuação elucidativos de funções sintáticas da língua e decorrentes dessas funções, entre outros.

Os acentos: esses sinais modificam o som da letra sobre a qual recaem, para que palavras com grafia similar possam ter leituras diferentes, e, por conseguinte, tenham significados distintos. Resumidamente, os acentos são agudo (deixa o som da vogal mais aberto), circunflexo (deixa o som fechado), til (que faz com que o som fique nasalado) e acento grave (para indicar crase).

O alfabeto: é a base de qualquer língua. Nele, estão estabelecidos os sinais gráficos e os sons representados por cada um dos sinais; os sinais, por sua vez, são as vogais e as consoantes.

As letras K, Y e W: antes consideradas estrangeiras, essas letras foram integradas oficialmente ao alfabeto do idioma português brasileiro em 2009, com a instauração do Novo Acordo Ortográfico. As possibilidades da vogal Y e das consoantes K e W são, basicamente, para nomes próprios e abreviaturas, como abaixo:

- Para grafar símbolos internacionais e abreviações, como Km (quilômetro), W (watt) e Kg (quilograma).
- Para transcrever nomes próprios estrangeiros ou seus derivados na língua portuguesa, como Britney, Washington, Nova York.

Relação som X grafia: confira abaixo os casos mais complexos do emprego da ortografia correta das palavras e suas principais regras:

«ch" ou "x"?: deve-se empregar o X nos seguintes casos:

- Em palavras de origem africana ou indígena. Exemplo: *oxum, abacaxi*.
 - Após ditongos. Exemplo: abaixar, faixa.
 - Após a sílaba inicial "en". Exemplo: enxada, enxergar.
- Após a sílaba inicial "me". Exemplo: mexilhão, mexer, mexerica.

s" ou "x"?: utiliza-se o S nos seguintes casos:

- Nos sufixos "ese", "isa", "ose". Exemplo: síntese, avisa, verminase
- Nos sufixos "ense", "osa" e "oso", quando formarem adjetivos. Exemplo: amazon*ense*, form*osa*, joc*oso*.
- Nos sufixos "ês" e "esa", quando designarem origem, título ou nacionalidade. Exemplo: marquês/marquesa, holandês/holandesa, burguês/burguesa.
- Nas palavras derivadas de outras cujo radical já apresenta "s".
 Exemplo: casa casinha casarão; análise analisar.

Porque, Por que, Porquê ou Por quê?

- Porque (junto e sem acento): é conjunção explicativa, ou seja, indica motivo/razão, podendo substituir o termo pois. Portanto, toda vez que essa substituição for possível, não haverá dúvidas de que o emprego do porque estará correto. Exemplo: Não choveu, porque/pois nada está molhado.
- Por que (separado e sem acento): esse formato é empregado para introduzir uma pergunta ou no lugar de "o motivo pelo qual", para estabelecer uma relação com o termo anterior da oração.
 Exemplos: Por que ela está chorando? / Ele explicou por que do cancelamento do show.
- Porquê (junto e com acento): trata-se de um substantivo e, por isso, pode estar acompanhado por artigo, adjetivo, pronome ou numeral. Exemplo: Não ficou claro o porquê do cancelamento do show.
- Por quê (separado e com acento): deve ser empregado ao fim de frases interrogativas. Exemplo: Ela foi embora novamente. Por quê?

Parônimos e homônimos

- Parônimos: são palavras que se assemelham na grafia e na pronúncia, mas se divergem no significado. Exemplos: absolver (perdoar) e absorver (aspirar); aprender (tomar conhecimento) e apreender (capturar).
- Homônimos: são palavras com significados diferentes, mas que coincidem na pronúncia. Exemplos: "gosto" (substantivo) e "gosto" (verbo gostar) / "este" (ponto cardeal) e "este" (pronome demonstrativo).

CLASSES GRAMATICAIS: RECONHECIMENTO E FLEXÃO DO SUBSTANTIVO, DO ADJETIVO, DO PRONOME E DOS VERBOS REGULARES.

CLASSES DE PALAVRAS

Substantivo

São as palavras que atribuem **nomes** aos seres reais ou imaginários (pessoas, animais, objetos), lugares, qualidades, ações e sentimentos, ou seja, que tem existência concreta ou abstrata.



No período da reclusão, Rucharlo começou a desenhar as revelações que recebia. Sem conhecer as letras, ela se fazia entender e registrava seu aprendizado por rabiscos. De tão bonitos, seus quadros já foram expostos em museus no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Com o tempo também descobriu que tinha o dom de "sentir o cheiro das doenças", como descreve - habilidade fundamental para qualquer curandeiro.Mas, no processo, também chegoumuito perto damorte. [...].

- Eu tinha que provar que era capaz. Sabia que era minha missão colocar as mulheres em um novo patamar, eu tinha que resistir - afirmaRucharlo [...].

Na crença indígena, pajés são seres evoluídos, a meio caminho entre os vivos e os mortos. Por isso falam vagarosamente e não encaram um olhar. Se o mundo de Rucharlo mudou depois de sua experiência, ela tambémmudou a tribo e omundo das de mais mulheres da aldeia.

"Em uma aldeia no meio da densa Floresta Amazônica e distante sete horas de barco do município acriano mais próximo, Rucharlo se tornou a primeira mulher pajé – líder espiritual – de seu povo"

Nesse trecho, a jornalista utilizou dois tipos de sinais de pontuação: a vírgula e o travessão. Assinale a alternativa na qual seu uso está respectiva e corretamente justificado.

- (A) Separa o adjunto adverbial de lugar antecipado; destaca uma expressão.
- (B) Separa o predicado; indica a mudança de interlocutor.
- (C) Separa o adjunto adverbial de modo antecipado; indica uma pausa.
- (D) Separa uma oração intercalada; introduz o fim do período.
- (E) Separa a oração principal; isola o complemento verbal.

12. CÂMARA DE PILÕEZINHOS-PB – AGENTE ADMINISTRATIVO – CPCON – 2019

- O Manual de Redação da Presidência da República recomenda o emprego do padrão culto da linguagem. Assinale a alternativa cuja concordância verbal está INADEQUADA conforme as orientações da norma culta.
 - (A) No programa do concurso havia mais de dez assuntos para estudar.
 - (B) Precisam-se de professores qualificados para melhorar a educação no Brasil.
 - (C) Fazia mais de três anos que ele havia deixado de estudar.
 - (D) Nos comentários das provas, choveram críticas para o professor.
 - (E) Vendem-se apostilas com questões de concurso comentadas.

13. CÂMARA DE CERRO CORÁ-RN – AGENTE ADMINISTRATIVO – CPCON – 2020

A linguagem usada nos documentos oficiais deve estar de acordo com a norma culta da língua. Nesse sentido, marque a alternativa em que a concordância verbal esteja DE ACORDO com a norma culta vigente na língua portuguesa.

- (A) Haviam muitas perguntas e poucas respostas para a causa do acidente.
- (B) Precisam-se de funcionários qualificados, por isso é importante contratar os aprovados no concurso.
- (C) Já fazem anos que haviam neste local árvores e flores. Hoje, só há ervas daninhas.

- (D) Existe na atualidade diferentes tipos de inseticidas prejudiciais à saúde do homem.
- (E) Durante as apresentações teatrais choveram aplausos para a garotinha que cantava para seus colegas.

14. CÂMARA DE MANGARATIBA-RJ – REDATOR LEGISLATIVO – ACCESS – 2020

Na Redação Oficial, os pronomes possessivos apresentam certas peculiaridades quanto às concordâncias verbal, nominal e pronominal. Embora se refiram a segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala), levam a concordância para a terceira pessoa. (Fonte: Manual de Redação da Presidência da República.

(3ª Edição, revista, atualizada e ampliada, 2018)

Com base nessa informação, selecione a opção que apresenta a concordância correta.

- (A) Vossa Senhoria designará o substituto.
- (B) Vossa Senhoria designará seu substituto.
- (C) Vossa Senhoria designará teu substituto.
- (D) Vossa Senhoria designará vosso substituto.
- (E) Vossa Senhoria designar-lhe-á vL.

15. PREFEITURA DE BARRETOS-SP – AGENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – VUNESP – 2018

Assinale a alternativa em que tanto a concordância quanto a regência estão de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Consciente que tudo que escrevia, inclusive as mensagens nas redes sociais, eram lidos pelo pai, passou a censurar-se.
- (B) Divulgados nos principais jornais do país, o escândalo atingiu em cheio a vida das pessoas que ele mais se dedicava.
- (C) Foi feito, naquele caso, diversas tentativas de acordo para resolver o conflito que as partes estavam envolvidas.
- (D) Escrever e falar com clareza sobre quaisquer temas é uma das exigências impostas àqueles profissionais atuantes nas mídias.
- (E) Estando ciente que os atestados foram anexados ao e-mail, os funcionários deram prosseguimento do inquérito.

16. MPE-GO - SECRETÁRIO AUXILIAR - MPE-GO - 2018

Elas estavam _____ cansadas quando chegaram _____ dormitório. Assinale a alternativa que completa esse enunciado de acordo com a norma culta.

- (A) meias ao
- (B) meia no
- (C) meio ao
- (D) meia no
- (E) meio no

17. IPERON-RO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – UERR – 2018 Facebook está construindo sua própria cidade na Califórnia

O Facebook está construindo uma espécie de minicidade para seus funcionários. A ampliação do seu campus em Menlo Park, Califórnia, será repleta de regalias para os moradores - já que os funcionários vão morar praticamente dentro do trabalho.

O Wall Street Journal relatou que a rede social de Mark Zuckerberg está trabalhando para construir uma comunidade de US\$ 120 milhões, com 394 unidades habitacionais a uma curta distância de seus escritórios. Com 192 mil metros quadrados, o chamado Anton Menlo vai incluir tudo, desde um bar de esportes até uma creche para cachorros.



Gráfico de barras verticais: as frequências são indicadas em um eixo vertical. Marcamos os pontos determinados pelos pares ordenados (classe, frequência) e os ligamos ao eixo das classes por meio de barras verticais. Exemplo:

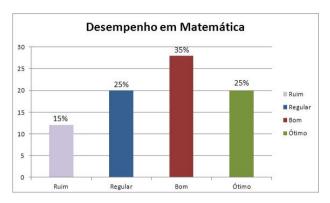
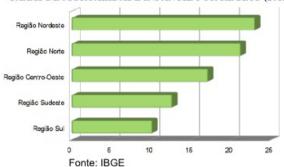


Gráfico de barras horizontais: as frequências são indicadas em um eixo horizontal. Marcamos os pontos determinados pelos pares ordenados (frequência, classe) e os ligamos ao eixo das classes por meio de barras horizontais. Exemplo:

TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÃO (2013)



Observação: em um gráfico de colunas, cada barra deve ser proporcional à informação por ela representada.

Gráfico de setores: são utilizados, em geral, para visualizar a relação entre as partes e o todo.

Dividimos um círculo em setores, com ângulos de medidas diretamente proporcionais às frequências de classes. A medida α , em grau, do ângulo central que corresponde a uma classe de frequência F é dada por:

$$\alpha = \frac{360^{\circ}}{F}$$
. F

Onde:

F₊ = frequência total

Exemplo

Preferência por modalidades esportivas		
Esportes	Número de praticantes (F)	Frequência relativa
Futebol	160	40%
Vôlei	120	30%
Basquete	60	15%
Natação	40	10%
Outros	20	5%
Total (Ft)	400	100%

Dados fictícios

Para acharmos a frequência relativa, podemos fazer uma regra de três simples:

400 --- 100%

160 --- x

x = 160.100/400 = 40%, e assim sucessivamente.

Aplicando a fórmula teremos:

– Futebol:
$$\alpha = \frac{360^{\circ}}{F_{_{\rm I}}}.F{\rightarrow}\alpha = \frac{360^{\circ}}{400}.160{\rightarrow}\alpha = 144^{\circ}$$

– Vôlei:
$$\alpha = \frac{360^{\circ}}{F_i}$$
. $F \rightarrow \alpha = \frac{360^{\circ}}{400}$. $120 \rightarrow \alpha = 108^{\circ}$

- Basquete:
$$\alpha = \frac{360^{\circ}}{F}$$
, $F \rightarrow \alpha = \frac{360^{\circ}}{400}$, $60 \rightarrow \alpha = 54^{\circ}$

$$-$$
 Natação: $\alpha = \frac{360^{\circ}}{F_i}.F{\rightarrow}\alpha = \frac{360^{\circ}}{400}.20{\rightarrow}\alpha = 18^{\circ}$

Como o gráfico é de setores, os dados percentuais serão distribuídos levando-se em conta a proporção da área a ser representada relacionada aos valores das porcentagens. A área representativa no gráfico será demarcada da seguinte maneira:









 $1\% = 3.6^{\circ}$

100% = 360°

50% = 180°

25% = 90°

12,5% = 45°

Com as informações, traçamos os ângulos da circunferência e assim montamos o gráfico:





II – deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§4º O valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios da previdência social. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

CAPÍTULO II-A

(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional

Art. 337-B. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional: (Incluído pela Lei n^2 10.467, de 11.6.2002)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço), se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário público estrangeiro retarda ou omite o ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional. (Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002)

Tráfico de influência em transação comercial internacional (Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

Art. 337-C. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional: (Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada a funcionário estrangeiro. (Incluído pela Lei nº 10467, de 11.6.2002)

Funcionário público estrangeiro (Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

Art. 337-D. Considera-se funcionário público estrangeiro, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro. (Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

Parágrafo único. Equipara-se a funcionário público estrangeiro quem exerce cargo, emprego ou função em empresas controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais. (Incluído pela Lei n^2 10.467, de 11.6.2002)

CAPÍTULO II-B DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRA-TIVOS

(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Contratação direta ilegal (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei n^{o} 14.133, de 2021)

Frustração do caráter competitivo de licitação (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Patrocínio de contratação indevida (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade: (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)



Elemento subjetivo: dolo, não havendo previsão para a modalidade de natureza culposa.

Consumação: O delito se consuma com o efetivo arrebatamento, ou seja, com a retirada do preso do poder de quem o tenha sob custódia ou guarda, independentemente do fato de ter o agente conseguido maltratá-lo, uma vez que se cuida de um crime formal.

A tentativa é admissível.

Motim de presos (art. 354 do CP)

O núcleo amotinar tem o sentido de revolta, alvoroço, agito. Para que ocorra a infração penal em estudo, será preciso que o motim seja praticado, no mínimo, por dois presos, embora, dificilmente, o motim possa ocorrer com um número tão insignificante de pessoas.

Não existirá o delito se o motim ocorrer entre pessoas que não gozem do status de preso, seja ele provisório ou definitivo.

A conduta praticada pelos presos amotinados deve perturbar a ordem ou a disciplina da prisão. A prisão, como já deixamos antever, diz respeito a qualquer estabelecimento prisional, isto é, não há necessidade de que o motim ocorra no interior de uma penitenciária, podendo ser levado a efeito em delegacias de polícia, ou mesmo no interior de um ônibus, cuja finalidade seja realizar o transporte de presos.

Constitui um dever do condenado, ou mesmo do preso provisório, ter uma conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina, fatos esses que, se levados a efeito, importarão em falta grave (incisos I e II do art. 50 da Lei de ExecuçãoPenal).

Sujeito Ativo: somente os presos.

Sujeito Passivo: Estado e, eventualmente, alguém que for vítima da violência praticada durante o motim.

Objeto material: não há.

Elemento subjetivo: dolo, não havendo previsão para a modalidade culposa.

Consumação: o delito se consuma quando, com o motim dos presos, ou seja, com a reunião tumultuária, ocorre a efetiva perturbação da ordem ou disciplina da prisão.

Embora seja difícil a sua ocorrência, será possível o reconhecimento da **tentativa**, haja vista tratar-se de crime plurissubsistente.

Patrocínio infiel (art. 355 do CP)

O núcleo trair importa no comportamento daquele que é infiel, que quebrou a confiança que nele havia sido depositada.

O interesse prejudicado deve ter sido levado a juízo e patrocinado pelo agente. Aqui, não importa que o seu mandato tenha sido materializado numa procuração escrita, ou que tenha recebido os poderes verbalmente; se o seu patrocínio era oneroso ou gratuito; se foi indicado voluntariamente pelo interessado ou designado judicialmente.

Não importa, ainda, a natureza do juízo a que é submetido o interesse que fora prejudicado pelo patrocínio infiel do agente, podendo tanto dizer respeito à JustiçaPenal quanto à Justiça Civil (aqui entendida como gênero, abrangendo a Justiça Trabalhista).

Se o comportamento do advogado ou do procurador, que causa prejuízo a interesse de seu patrocinado, for extrajudicial, não ocorrerá a figura típica em estudo, podendo, se for o caso, ser responsabilizado por outro delito.

O consentimento do ofendido no sentido de permitir que o advogado ou procurador pratique comportamentos que vão prejudicar seu interesse em juízo afasta a ilicitude do fato, eliminando, consequentemente, a própria infração penal.

Sujeito Ativo: somente o advogado ou o procurador.

Sujeito Passivo: Estado, bem como aquele prejudicado pelo patrocínio infiel.

Objeto material: é pessoa que tem seu interesse prejudicado em virtude do comportamento praticado pelo agente.

Elemento subjetivo: dolo, não havendo previsão para a modalidade de natureza culposa.

Consumação: o delito se consuma quando, após a traição praticada pelo agente, ocorre o prejuízo.

A tentativa é admissível.

Sonegação de papel ou objeto de valor probatório (art. 356 do CP)

Inutilizar significa tornar inútil, imprestável, danificar. Essa inutilização pode ser total ou parcial, isto é, o objeto material pode perder completamente a sua utilidade, ou passar a servir somente em parte. Deixar de restituir tem o sentido de não devolver, reter, sonegar. As condutas devem ser dirigidas finalisticamente a inutilizar ou deixar de devolver autos, documento ou objeto de valor probatório. Os autos dizem respeito a um conjunto ordenado de peças constantes de um processo, sendo, no caso do artigo em exame, um processo judicial, tendo em vista que o art. 356 do CP se encontra inserido no capítulo relativo aos crimes contra a administração da justiça.

Para que ocorra o delito em estudo, determina o art. 356 do CP que o agente tenha recebido os autos, documento ou objeto de valor probatório, na qualidade de advogado ou procurador.

Sujeito Ativo: somente o advogado ou o procurador.

Sujeito Passivo: Estado, bem como aquele prejudicado pela conduta praticada pelo sujeito ativo.

Objeto material: são os autos, o documento ou objeto de valor probatório.

Elemento subjetivo: dolo, não tendo sido prevista a modalidade de natureza culposa.

Consumação: "Na inutilização, o crime atinge o momento consumativo quando o objeto material perde o seu valor probatório (total ou parcial). Na forma de sonegação de autos, a consumação ocorre quando o sujeito, regularmente intimado, de acordo com a legislação processual, nega-se a devolvê-los. Na sonegação de documento ou objeto, consuma-se o crime quando o sujeito, legalmente solicitado à restituição, deixa de devolvê-lo por um lapso temporal juridicamente relevante"²

Há o reconhecimento da *tentativa* quando a conduta do agente diz respeito à inutilização, total ou parcial, haja vista, ser possível o fracionamento do iter criminis, ao contrário do que ocorre quando o agente deixa de restituí-los, inviabilizando a tentativa, tendo em vista tratar-se de omissão própria.

Exploração de prestígio (art. 357 do CP)

Solicitar deve ser entendido no sentido de pedir, requerer; receber tem o significado de aceitar. Ambas devem ter como objeto dinheiro (cédulas e moedas aceitas como meio de pagamento) ou qualquer outra utilidade (que deve ter uma natureza econômica).

O agente atua, segundo a doutrina dominante, com uma finalidade especial, qual seja, a de influir em juiz (em qualquer grau de jurisdição), jurado (aquele que exerce uma função pública

2 (JESUS, 2000, p. 340).

